



Jornal do Simesp

Nº 09 • Publicação mensal do SIMESP Sindicato dos Médicos de São Paulo • Fevereiro | 2016

Pág. 3

Desmonte do HU compromete atendimento

Hospital Universitário da USP (HU-USP) padece com diminuição no quadro de trabalhadores e no número de leitos. Plantões de emergência (infantil e adulto) tiveram redução de médicos



Pág. 4

Emílio Ribas

Governo estadual convocou, mas ainda não efetivou contratação de médicos, prometida no final do ano passado. Há carência de profissionais, especialmente de nefrologistas

Pág. 5

FFM

Justiça do Trabalho condena, em primeira instância, instituição a pagar, retroativamente, diferença do percentual do reajuste da campanha salarial 2014

Pág. 6

Aposentadoria

Governo deve enfrentar resistência da sociedade e das entidades de representação profissional para aprovar nova reforma da Previdência

Desmonte da saúde

Diretoria do Simesp

Nos últimos meses, o caos nos serviços de saúde do Rio de Janeiro teve grande repercussão nos meios de comunicação de massa. Em São Paulo, os médicos testemunham também uma situação de colapso que vem acontecendo paulatinamente e com menor visibilidade. O Simesp se vê na obrigação de compartilhar as informações recebidas a partir das demandas concretas dos profissionais que atuam na linha de frente e que sentem suas condições de trabalho e a oferta de atendimento à população se tornarem cada vez mais precárias.

O Hospital Universitário da USP, que desde o início da década de 1980 serve como campo de estágio para uma das principais faculdades de medicina do país, além dos demais cursos de saúde da USP e é referência para atenção secundária de mais de meio milhão de moradores da zona oeste de São Paulo, vem sendo desmontado por iniciativa do reitor Marco Antônio Zago. Mais de 20% dos leitos desativados, 40% dos leitos de terapia intensiva inviáveis por falta de profissionais, após um plano de incentivo à demissão voluntária. Chama atenção a atitude deliberada do reitor e a omissão do governador, Geraldo Alckmin, ambos médicos, que desde a sua eleição não pronunciou

palavra sobre o assunto.

A saúde de outros hospitais públicos não está muito melhor: na zona norte da capital o Hospital do Mandaqui está com 65% dos seus leitos de terapia intensiva bloqueados. A UTI foi terceirizada e seus médicos intensivistas, especialidade em que faltam profissionais nos serviços públicos e privados, foram transferidos da UTI para outros setores do hospital.

Esses são exemplos de como o financiamento insuficiente e a gestão errática podem prejudicar o funcionamento dos serviços de saúde, num momento em que o Brasil passa por mais uma crise com a multiplicação de casos de microcefalia com a causa possivelmente atribuída ao vírus Zika, mais um exemplo de que faltam recursos e planejamento.

A questão da microcefalia é mais um dos muitos problemas graves que se acumulam em relação à saúde de nossa população. É preciso um novo pacto para custear e para gerir, da melhor forma possível, o Sistema Único de Saúde.

Continuaremos denunciando as situações precárias na saúde e nos engajando na busca por plenas condições para o exercício da nossa profissão e para o bem dos usuários dos serviços de saúde.



“Mais investimentos em amamentação poderiam representar um acréscimo de US\$ 300 bilhões à economia global - e, mais do que isso, salvar a vida de pelo menos 800 mil crianças por ano em todo o mundo. Brasil se mantém como referência mundial.”

Estudo da revista científica britânica The Lancet sobre aleitamento materno. 29 de janeiro – Agência Saúde

“O nível de alarme é extremamente alto.”

Margaret Chan, diretora-geral da OMS, dias antes da organização decretar estado de emergência internacional por causa da provável relação entre o zika vírus e a microcefalia 28 de Janeiro – Agência Brasil

“Os médicos concursados foram trocados por médicos em situação precária de emprego. A situação expõe a população à falta de assistência especializada e piora a qualidade da assistência.”

Eder Gatti, presidente do Simesp, sobre falta de médicos no Conjunto Hospitalar do Mandaqui 27 de janeiro – Jornal São Paulo de Fato



SIMESP
SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

DIRETORIA

Presidente
Eder Gatti Fernandes
relacionamento@simesp.org.br

SECRETARIAS

Geral
Denize Ornelas P. S. de Oliveira
Comunicação e Imprensa
Gerson Salvador
Administração
Ederli M. A. Grimaldi de Carvalho
Finanças
Juliana Salles de Carvalho
Assuntos Jurídicos
Gerson Mazzucato
Formação Sindical e Sindicalização
Marly A. L. Alonso Mazzucato
Relações do Trabalho
José Erivalder Guimarães de Oliveira
Relações Sindicais e Associativas
Otelo Chino Júnior

EQUIPE DO JORNAL DO SIMESP

Diretor
Gerson Salvador
Editora-chefe e redação
Ivone Silva
Reportagem e revisão
Adriana Cardoso
Leonardo Gomes Nogueira
Nádia Machado
Fotos
Osmar Bustos
Relações-Públicas
Juliana Carla Ponceano Moreira
Ilustração
Célio Luigi
Redação e administração
Rua Maria Paula, 78, 3º andar

01319-000 – SP – Fone: (11) 3292-9147
imprensa@simesp.org.br
www.simesp.org.br

PROJETO GRÁFICO

Med Idea - Design para médicos
Oscar Freire, 2189, Pinheiros
São Paulo/SP 05409-011
Fone: (11) 99897-8787
contato@medidea.com.br
www.medidea.com.br
Editor de Arte e diagramação
Igor Bittencourt
Stella Miranda

Tiragem: 14 mil exemplares
Circulação: Estado de São Paulo

Todas as matérias publicadas terão seus direitos resguardados pelo Jornal do Simesp e só poderão ser publicadas (parcial ou integralmente) com a autorização, por escrito, do Sindicato.

A versão digital desta publicação está disponível no site do Simesp. Caso não queira receber a edição impressa, basta mandar e-mail para relacionamento@simesp.org.br

HU sofre com falta de recursos humanos

Hospital Universitário da USP tem dificuldades para cumprir missão de ensinar e ofertar atendimento à população

Leonardo Gomes Nogueira

“Desenvolver atividades de ensino e pesquisa na área de saúde e assistência hospitalar de média complexidade, preferencialmente às populações do Distrito de Saúde do Butantã e da Comunidade Universitária da USP prestando um serviço diferenciado com atendimento de excelência.”

Essa, segundo a página do próprio, é a missão do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (HU-USP). Ultimamente, contudo, de acordo com médicos que fazem parte do seu corpo clínico, o hospital não tem conseguido cumpri-la.

Referência na zona oeste da cidade de São Paulo, especialmente para a população da região do Butantã (cerca de 500 mil pessoas), o HU enfrenta verdadeiro desmonte.

Para se ter uma ideia, 40% dos leitos da UTI estão bloqueados e parte das salas cirúrgicas fechadas pela falta de anestesiológicos. Além disso, houve redução de consultas e cirurgias.

Apenas entre janeiro e abril do ano passado, 45 leitos (20% do total) foram desativados; passando de 223 para 178. O levantamento foi realizado em abril de 2015, pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), a pedido do Ministério Público Estadual.



> HU atende com 200 trabalhadores a menos. Situação degradante tem sido alvo de protestos, como na foto, em 2014

A página do HU, no entanto, fala hoje em um total de 258 leitos. O site do hospital ainda revela uma queda constante, nos últimos quatro anos, do número de partos realizados pela sua maternidade. Em 2012, foram 3.555. No ano passado, 2.643.

Ensino

A pediatra Beatriz Preturlan lembra que a função do hospital não é só de assistência, mas também de ensino. “É difícil fazer isso com uma equipe reduzida”, ressalta a médica que trabalha no pronto-socorro infantil.

“O que falta mesmo é recursos humanos”, concorda o cirurgião geral José Pinhata Otoch. Entrevistado na edição inaugural do *Jornal do Simesp*, de junho de 2015, ele foi o primeiro diretor clínico eleito do HU. Na ocasião, o médico já apontava a redução de trabalhadores como um problema para administrar o lugar.

“A situação do HU é de pré-coloapso. Nós estamos numa situação muito grave. O hospital está caminhando para a inviabilização do seu atendimento”, teme o clínico geral Sérgio Cruz.

Todos concordam quanto à origem da dificuldade atual: o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV). Com o objetivo de reduzir funcionários, a direção da USP aprovou, em 2 de setembro de 2014, o programa que prevê incentivo para quem se demitir voluntariamente.

Foram mais de 200 trabalhadores só no PIDV de 2014. “Sem a perspectiva de novas contratações”, ressalta Beatriz Preturlan.

Beatriz dá um exemplo de como isso afeta o cotidiano dos profissionais. Antes, no plantão noturno da pediatria, havia sempre dois médicos. Agora, a partir das 22h, aos finais de semana, e das 23h, durante a semana, há um único médico plantonista. Cirurgia e clínica médica também estão desfalcadas.

Desinteresse?

Para Sérgio Cruz, o desinteresse pelo HU se insere em uma orientação político-administrativa da mais alta instância da USP, já que o reitor Marco Antonio Zago almejava desvincular o hospital da universidade.

O projeto, no entanto, perdeu força quando, no ano passado, uma comissão criada pelo próprio reitor recomendou que a gestão do hospital não fosse transferida para a Secretaria Estadual da Saúde.

A repercussão negativa da ideia fez com que o governador Geraldo Alckmin afirmasse, à época, em reunião com uma comissão de profissionais ligados ao HU, que o governo não aceitaria a transferência do hospital.

Para o secretário de Imprensa do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), Gerson Salvador, o hospital está sendo desmantelado por iniciativa do reitor da USP. “O reitor conta ainda com a omissão do governador”, completa.

O Simesp acredita que apenas a justiça poderá resolver o impasse. A situação do HU foi denunciada ao Ministério Público Estadual, em abril de 2015, pelo próprio Simesp e pela Associação dos Docentes da USP (Adusp) e o Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp).

A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa do HU e não obteve resposta.

Ao contrário do prometido, governo não contratou



> Médicos residentes durante manifestação em dezembro passado

Os médicos aprovados em concurso realizado em abril de 2015, ao contrário do que tinha prometido o Governo do Estado de São Paulo, ainda não foram contratados para integrar o corpo clínico do Instituto de Infectologia Emílio Ribas.

Embora o governo tenha convocado, por meio do *Diário Oficial do Estado* de 29 de dezembro de 2015, os médicos aprovados a se apresentarem no dia 7 de janeiro, eles ainda não foram contratados efetivamente pelo Instituto, hoje carente de recursos humanos.

Por causa da falta de médicos, sobretudo nefrologistas,

os residentes do Emílio Ribas fizeram uma paralisação de duas semanas em dezembro passado. “Esperamos que o governo do estado cumpra com o compromisso que estabeleceu com os médicos residentes do Emílio Ribas, mas também com toda a população de São Paulo, principalmente com os usuários daquele hospital”, diz Eder Gatti, presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo.

“É falha grave do governo não nomear imediatamente no prazo que foi negociado junto aos residentes e médicos do Instituto Emílio Ribas”, acrescenta o presidente do Simesp.

Gargalo

Maternidade Interlagos enfrenta falta de obstetras

A falta de médicos obstetras tem gerado problemas no atendimento do Hospital e Maternidade Interlagos, localizado na zona sul de São Paulo. Por conta dos gargalos no quadro da obstetrícia, os plantões têm sido cobertos por residentes sem a devida assistência dos especialistas.

“Vários obstetras se exoneraram dos cargos, o que agudizou o problema. Isso ocorre porque o governo do estado

não faz concursos públicos e a carreira oferecida não é atrativa”, aponta o presidente do Simesp, Eder Gatti.

Não existe, por exemplo, por parte da administração estadual, uma política de incentivo para que os médicos optem por trabalhar em uma região distante, como é o caso da Maternidade Interlagos. Ainda, o último reajuste da categoria médica no âmbito do estado foi há três anos.

Perda do poder de compra dos médicos alcança mais de 20% desde 2013

Novos concursos, melhor remuneração e adequação da carreira médica. Essas foram as principais reivindicações apresentadas pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo ao governo paulista em reunião ocorrida em janeiro. A administração estadual foi representada por Haino Burmester, que comanda a Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. O Simesp foi representado pelo seu presidente, Eder Gatti, e pelo secretário de Relações do Trabalho, José Erivalder Guimarães de Oliveira.

Essas questões irão guiar os debates a serem promovidos nos próximos meses, em âmbito estadual, pelo Simesp. Em mensagem encaminhada aos presidentes das diretorias regionais, Gatti

pediu que os integrantes do Sindicato se organizem para participarem desse processo. A proposta é as regionais - que têm serviços da administração direta do estado - fazerem assembleias com os médicos a fim de levantar os problemas e apresentar propostas de solução. Depois, devem encaminhar as atas para a sede do Simesp.

No mesmo encontro, o Sindicato denunciou a perda do poder de compra do salário dos médicos que, pelas contas da entidade, alcança mais de 20% desde 2013. Ao longo dos próximos meses, o Simesp terá uma agenda de reuniões com o governo para aprofundar os debates acerca das condições de trabalho nos hospitais e demais unidades de saúde do estado de São Paulo.

Barueri

Entidades firmam acordo

O Simesp chegou a um acordo com a organização social (OS) Instituto Hygia para o pagamento das verbas rescisórias dos médicos demitidos (julho 2015) do Hospital Municipal de Barueri, no qual a OS é responsável pela gestão.

Apesar do acordo, o Simesp exigiu que o processo tenha andamento no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a fim de evitar que, como em ocasião anterior, a OS não cumpra o cronograma de pagamentos acordado. “Mantendo em aberto o processo que está no MTE, o

instituto é obrigado a comprovar mensalmente o pagamento das parcelas”, explica o presidente do Simesp, Eder Gatti, que esteve reunido no dia 20 de janeiro, com a direção da OS, na Delegacia Regional do Trabalho de Barueri.

O acordo será homologado na primeira quinzena de março, na sede do Sindicato, quando deverão ter início os pagamentos. O montante devido será pago em sete parcelas (com correção e multa) e a multa de um salário a mais será paga no oitavo mês.

Simesp ganha ação em 1ª instância

O Sindicato dos Médicos de São Paulo ganhou, em primeira instância (3 de fevereiro), ação movida contra a Fundação Faculdade de Medicina (FFM) por oferecer reajuste inferior a 6,35%, menor do que o previsto na campanha salarial de 2014.

A Justiça do Trabalho condenou a instituição, que tem 3,5 mil médicos contrata-

dos, a pagar, retroativamente, a diferença do percentual do reajuste, além de multa de 2% sobre o valor (estabelecida na convenção) e outra multa de 1% sobre todo o montante devido. “Essa multa refere-se à conduta processual dolosa, ou seja, a fundação alterou a verdade dos fatos para obter vantagem”, explica o advogado do Simesp, José Carlos Callegari.

“Vale lembrar que a decisão é em primeira instância, a FFM ainda pode recorrer. A Justiça entendeu que a argumentação da instituição estava equivocada”, aponta o presidente do Simesp, Eder Gatti.

Em audiência na Justiça do Trabalho em dezembro passado, a fundação argumentou que, embora menor, o reajuste oferecido era melhor do que aquele pleiteado pelo Simesp.

Com base em denúncias dos próprios médicos, o Sindicato já havia apontado que a FFM não estava pagando o que ha-

via sido acordado na campanha salarial de 2014: aplicar os 6,35% de reajuste a partir de 1º de setembro de 2014 (data-base).

No entanto, a negociação estendeu-se até março de 2015 porque o Simesp não aceitou a proposta do Sindicato das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Estado de São Paulo (Sindhosfil), de conceder reajuste abaixo da inflação, usando como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que fechou 2014 em 6,23%.

Demissão

Santa Casa apresenta nova proposta

Em audiência ocorrida no Tribunal Regional do Trabalho, no dia 16 de fevereiro, a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo fez uma nova proposta aos 184 médicos demitidos no ano passado.

A instituição se compromete a pagar as verbas rescisórias em, no máximo, 18 parcelas, com correção, a partir da 13ª parcela, pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Anteriormente, a instituição insistia que o pagamento se desse em até 23 meses. Os médicos avaliariam a proposta no dia 1º de março.

Embora a lei determine que os valores das verbas rescisórias devam ser pagos em até dez dias após a demissão, a Santa Casa, desde outubro de 2015, tenta um acordo diferente do que prega a legislação trabalhista.

“O subfinanciamento do SUS e a má gestão colocaram a Santa Casa nessa crise. Os médicos não são responsáveis por ela e não aceitam pagar essa conta”,

afirma Eder Gatti, presidente do Simesp.

Propostas

A primeira oferta da Santa Casa, apresentada em outubro do ano passado, sugeria que, dos 184 médicos, 88 recebessem essas verbas em até um ano e o restante (96) entre 13 e 23 meses, o que não foi aceito.

Na segunda, feita em janeiro deste ano, a Santa Casa manteve o parcelamento dos pagamentos em até 23 meses, mas ofereceu, a partir da 13ª parcela, correção pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC-Fipe).

Apresentada em assembleia no início de fevereiro, a proposta também foi recusada. Todos profissionais consideraram a oferta como muito desfavorável. “É uma proposta imoral”, disse uma das médicas presentes.

A crise no maior hospital filantrópico da América Latina começou a ser revelada em meados de 2014, quando seu pronto-socorro chegou a ser fechado por falta de verbas.

Mandaqui

Sindicato denuncia inoperância de leitos



> Dos 40 leitos de UTI, apenas 14 estão em funcionamento

O Simesp denunciou ao Ministério Público Estadual, em janeiro passado, a inoperância de mais da metade dos leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Conjunto Hospitalar do Mandaqui, o maior da zona norte de São Paulo. Dos 40 leitos existentes, apenas 14 estão em funcionamento por falta de médicos.

A exemplo do que vem acontecendo em muitos hospitais estaduais, a falta de concursos públicos somada à carreira com pouco apelo aos médicos têm trazido prejuízos, não só aos profissionais, como ao atendimento.

No caso específico do Mandaqui - referência no atendi-

mento a politraumatizados - o governo estadual autorizou a terceirização de médicos ao contratar a organização social (OS) Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), mas a instituição subcontratou uma empresa que está provendo médicos sem vínculo empregatício para trabalharem na UTI.

Por sua vez, os médicos concursados, como intensivistas, foram deslocados para o atendimento na unidade semi-intensiva e enfermagem de clínica médica.

O Sindicato tem acompanhado de perto a situação no Mandaqui tendo, inclusive, relatado o problema à Secretaria Estadual da Saúde.

Fazer mais do que o esperado

Nefrologista busca estimular colegas e pacientes a enfrentarem as dificuldades estruturais que os hospitais do SUS impõem no dia a dia

Adriana Cardoso



> Janaina Ramalho: “Não tem como ser experiente sem ver o paciente”

Desdobrando-se entre a rotina de três hospitais na capital paulista, o sonho da nefrologista Janaina Ramalho, 31 anos, é compartilhar o conhecimento e experiências adquiridos no serviço destinado a pacientes com problemas renais e levar toda essa expertise para sua cidade natal, Fortaleza (CE).

Formada pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, em 2007, Janaina fez residência em clínica médica e nefrologia no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Tornou-se nefrologista pelas possibilidades inerentes à área, como a de trabalhar em UTI (Unidade de Terapia Intensiva), clínicas de diálises, acompanhar internações, tudo um pouco do que vem fazendo hoje.

Como ela define - “não tem como ser experiente sem ver

o paciente” -, e é em nome do bem-estar deles que a médica não deixa se abater pelos obstáculos que a carreira impõe no dia a dia.

“Nós enfrentamos muitas dificuldades estruturais nos hospitais do SUS, mas algumas delas podem ser superadas se fizermos mais do que se espera”, acredita.

O abatimento que não quer para si Janaina também não quer para os colegas de trabalho e pacientes e, para evitá-lo, procura estimulá-los a irem além.

“Acho que, em geral, os pacientes me acham um pouco zangada. Eu realmente cobro muito deles porque, como eu costumo dizer, quero vê-los ‘nos trinques’”, brinca, ao mesmo tempo que lamenta o fato de os ambulatórios serem tão lotados, impedindo-a de dar mais atenção a cada um deles.

Jurídico Responde

Reforma da Previdência Social

O anúncio de uma nova reforma na Previdência Social tem assustado os trabalhadores. Para esclarecer sobre as mudanças, entrevistamos o advogado do Simesp, Venicio Di Gregorio, especialista no assunto

O que há de concreto na nova reforma da Previdência Social?

O governo vem defendendo a fixação de uma mesma idade mínima para as aposentadorias: de homens e mulheres; servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada; urbanos e rurais; ou seja, pretende acabar com as diferentes regras vigentes atualmente. Outra possibilidade é a adoção de uma fórmula que misture o tempo de contribuição com a idade, como ocorre com a recém-criada fórmu-

la 85/95, utilizada atualmente como alternativa para afastamento dos impactos negativos do Fator Previdenciário, do Cálculo da Renda Mensal Inicial, das aposentadorias por tempo de contribuição. O governo efetivamente não apresentou nada concreto.

A proposta deve enfrentar resistência?

Certamente, enfrentará dificuldades e resistência por parte da sociedade e das entidades



de representação profissional. Para ser aprovada, é necessária a alteração da Constituição Federal e isso exige o voto de três quintos dos parlamentares (deputados e senadores), o que certamente demandará discussão e tempo. Além de não atingir aqueles que já têm direito adquirido.

E quem tem esse direito?

Para saber quem já tem o direito adquirido ou quando irá adquiri-lo, ou a melhor forma e época para fazer o requerimento do seu benefício, é necessário agendar um horário no departamento Jurídico do Simesp.

Leia em nosso portal a íntegra do artigo de Venicio Di Gregorio, advogado do Simesp <http://goo.gl/1QrsqG>

> O que você gostaria de ler na próxima edição? Mande suas sugestões: imprensa@simesp.org.br <



“Perdemos a guerra contra o mosquito *Aedes aegypti*”

Um dos autores do estudo que descobriu as mutações genéticas do vírus Zika, que podem explicar o número crescente de casos de contaminação no Brasil, o professor do Departamento de Microbiologia do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (ICB/USP), Paolo Zanotto, atribui à inépcia administrativa bem como à falta de conscientização da população a crise de saúde pública sem precedentes que o país vive hoje

Adriana Cardoso

Podemos dizer que existe, de fato, uma correlação entre o aumento de casos de microcefalia e o vírus Zika? Como estão as pesquisas nesse sentido?

Essa conexão começou a ser feita em outubro do ano passado, quando alguns médicos começaram a observar o problema (da microcefalia). Sim, podemos dizer que há conexão porque foi encontrada a presença do vírus em alguns exames feitos (como no líquido amniótico). Estamos realizando pesquisas para agilizar o diagnóstico, além de vacinas, em parceria com

o Instituto Butantã de São Paulo. Também estamos tentando entender o que acontece com o cérebro (de bebês), mas isso leva tempo.

Há previsão de quando esses estudos serão finalizados?

Não. A ciência não trabalha dessa forma, como uma sopa instantânea que você faz em poucos minutos. Leva tempo e envolve muitas etapas, pois podem surgir fatores no meio do caminho de que não suspeitamos, e outros complicadores. Agora, a gente ter chegado a essa situação é que é uma vergonha! Perdemos a guerra con-

tra o *Aedes aegypti*. E perdemos por inépcia administrativa e não foi só o Brasil, mas o mundo inteiro, pois há bandas do mosquito em todo lugar, inclusive em estados mais organizados que o nosso. Esta é a maior crise da saúde pública do país, que vai gerar uma pessoa que pode ter uma capacidade cognitiva comprometida, com lesões seríssimas no sistema nervoso... Enfim, é toda uma geração comprometida no futuro.

Na sua opinião, o que deve ser feito?

Controlar o vetor, controlar o vetor, controlar o vetor. Temos

de conscientizar a população, que também tem responsabilidade nisso, afinal, lixo não dá em árvore. Infelizmente não conseguimos passar esse alerta às pessoas. Usar repelente? Sim, mas não basta. O estado de São Paulo, por exemplo, concentra grande parte da produção científica do Brasil, mas estamos sendo alijados do processo, pois não estamos tendo acesso a amostras e informações de todos os esquemas e variações de casos registrados, especialmente do Nordeste, e nos privar desses tipos de dados é crime.

É mais tranquilo exercer a Medicina quando estamos seguros

Condições especiais para os associados Simesp

- + Seguro de Responsabilidade Civil Profissional
- + Seguro de Diária por Incapacidade Temporária
- + Seguro para Clínicas e Consultórios
- + Seguro de Vida e Acidentes Pessoais
- + Seguro Residencial e Casa de Veraneio
- + Seguro de Equipamentos Portáteis
- + Seguro de Automóveis
- + Seguro de Viagens

SIMESP  SEGUROS

Cotações e Dúvidas
simesp.org.br/simesp+



Planetário desnuda o céu que nunca vimos

Sessão oferecida pelo local 'limpa' nuvens, fumaça e iluminação que impedem os paulistanos de ver o firmamento como ele é: cheio de astros e estrelas

Adriana Cardoso



> Conhecer o planetário é uma experiência imperdível, até mesmo para os não aficionados por ciência

Desde sua reinauguração em 24 de janeiro passado, o Planetário Aristóteles Orsini, localizado no Parque do Ibirapuera, na zona sul de São Paulo, cumpre o papel de nos mostrar o céu que nunca vimos e que provavelmente nunca veremos a olho nu.

Inaugurado inicialmente em janeiro de 1957, o local, que é patrimônio histórico da cidade, ficou fechado três anos para (mais uma) reforma. Foi reaberto como parte das celebrações de aniversário de 462 anos da cidade.

Desde a data, as quatro sessões realizadas de terça-feira a domingo estão lotadas. As senhas para os 320 lugares (250 público em geral e os demais para aqueles enquadrados na acessibilidade) são distribuídas meia hora antes e se esgotam rapidamente. Funcionários se revezam nas explicações dos códigos de conduta e na organização das filas. Mesmo com tanta gente, a dinâmica é tranquila.

O espaço é limpo, assim como os banheiros, e arejado. O único incômodo é para quem senta na última fileira, cujos assentos não são reclináveis, podendo causar certo desconforto no pescoço.

A primeira sessão oferecida pelo planetário mostra o céu de São Paulo sem a influência de nuvens, poluição e iluminação urbana, desnudando um firmamento carregado de astros e estrelas. Mesmo na sala escura, é possível ver os sorrisos, olhos brilhando e dedos apontando em direção daquilo que nunca tiveram a chance de ver. Adultos e crianças adquiram a mesma personalidade nessa hora.

Além das explicações sobre estrelas, planetas, constelações, nebulosas e galáxias, há simulações de viagens espaciais. Essa experiência pode ser ao mesmo tempo prazerosa e causadora de vertigens.

Para todas as idades

Ao fim da sessão, aplausos. Mas o que se vê é mais adultos im-

pressionados do que as crianças. Vejo uma vovó perguntando ao netinho com cara de sono: “Você dormiu?”. Por mais didático que queira ser, a sessão gravada traz muitas informações, muitas delas incompreensíveis até mesmo para os adultos.

Ainda assim, conhecer o planetário é uma experiência imperdível, até mesmo para os não aficionados por ciência. O melhor de tudo, é de graça.

Ademais, se não podemos contar com a exuberância da natureza para nos ajudar a fugir um pouco da crueza que é viver numa cidade caótica como São Paulo, vale contar com a imaginação e a ciência como válvulas de escape. Neste caso, o planetário funciona como um bom paraíso artificial.

SERVIÇO

Funciona de terça a domingo, sessões às 10h, 12h, 15h e 17h (nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e julho). Duração de 40 minutos. A entrada é gratuita, mas chegue ao menos meia hora antes (a sessão das 10h é a mais tranquila).



Mais cultura

Planetário Parque do Carmo

Os moradores da zona leste também contarão com o Planetário do Parque do Carmo a partir de abril, quando o espaço será reinaugurado.

De acordo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, juntos, os dois planetários (parque do Carmo e Ibirapuera) devem atender meio milhão de crianças anualmente, com investimentos da ordem de R\$ 7 milhões este ano em manutenção de equipamentos, limpeza, segurança e recursos humanos. Os locais contarão com escolas de astronomia, com cursos, palestras, oficinas e observações voltadas especialmente para escolas.

Bonde do Desejo

A peça “Um Bonde Chamado Desejo”, do dramaturgo americano Tennessee Williams, voltou ao teatro Tucarena – Teatro da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, rua Monte Alegre, 1.024, Perdizes), onde permanece em cartaz até abril, após temporada de enorme sucesso. Protagonizada pelos atores Maria Luisa Mendonça e Eduardo Moscovis, a peça narra a decadência de Blanche Dubois, vivida por Maria Luisa, uma mulher sonhadora e atormentada, que entra em violento embate com a brutalidade de seu cunhado, Stanley, vivido por Moscovis. A adaptação cinematográfica ganhou o nome de “Uma Rua Chamada Pecado”, tendo se transformado num clássico com os atores Marlon Brando e Jessica Tandy nos papéis principais.